



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 350 - DE 07 A 21 DE DEZEMBRO DE 2007 - R\$ 2,00

Renan escapa da cassação graças ao governo Lula e sua aliança. A crise política continua. As massas não devem seguir seus opressores. Lutar com independência pelas reivindicações!

A luta na UFC contra o Reuni



Paraná: Rechaçar a violência sobre o movimento com mais mobilização!

Bolívia: Evo tenta ressucitar sua Constituinte e se dá mal



Venezuela: Chávez perde o plebiscito para a direita

Tráfico burguês, matança de jovens

Acirram-se as denúncias de corrupção nas esferas governamentais, cresce a pressão do governo Lula para a prorrogação da CPMF, militares executam planos de extermínio nas favelas do Rio e a violência policial atinge a juventude empobrecida das cidades. Esses fatos revelam a incapacidade dos governantes de solucionar as crises políticas e sociais que se avolumam no país. Cada vez mais, disputas interburguesas tomam conta dos poderes do Estado, expondo as dificuldades do governo Lula em contê-las.

O conflitos entre polícia militar e grupos vinculados ao tráfico tornam os morros e favela em palcos de guerra, que vitimam dezenas de pessoas diariamente. Assaltos, seqüestros e outras formas de roubos se escancaram nos centros urbanos, criando uma pressão da pequena burguesia para que os governos ajam com mais violência contra os chamados “marginais”. Compreender esses acontecimentos significa trabalhar para que as idéias revolucionárias estejam presentes no seio dos movimentos e da população oprimida.

Sobre a corrupção

As disputas interburguesas têm como pano fundo uma enorme rede de corrupção envolvendo partidos, governantes, justiça, aparato policial, eleições e os capitalistas (empresas, bancos etc.). Os políticos burgueses são amamentados pelo Estado (orçamento, cargos, tráfico de influências e outras benesses), que está a serviço da classe capitalista. Os destemperos entre os partidos que administram por meio da política os negócios da burguesia fazem vir à tona denúncias de uma ala burguesa contra outra. O poder legislativo, em todas as esferas, é o campo prioritário de tais disputas. A Justiça arbitra em favor da classe que detém os meios de produção e, quando a classe não se encontra coesa, essa mesma justiça acaba legislando em favor de uma das frações dessa classe. O aparato militar, que sustenta o Estado, responde com a repressão para assegurar a governabilidade dos que o administram.

Os conflitos interburgueses nada têm a ver com as necessidades da população oprimida. O caso do corrupto Renan Calheiros escancara a máfia da ladroagem das empresas, da concessão do sistema de

comunicação e outras mazelas. Boa parte dos senadores e deputados incorrem nos mesmos crimes imputados a Renan, a exemplo do controle de rádios, TVs etc. Renan fez chantagem aos partidos que se colocavam ora pela cassação, ora pela sua substituição da presidência do senado.

O PSDB, que esteve pela cassação, não pode dar um passo mais firme, porque as denúncias sobre Eduardo Azeredo atingem o partido em Minas Gerais, reduto do possível candidatável Aécio Neves. O ex-PFL - DEM - procura arrastar o PSDB para suas posições contrárias ao governo, mas sua conduta é tão podre quanto a de Renan. Em meio ao fogo cruzado no Senado, retomam os escândalos do ex-ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau (PMDB), acusado de receber alta propina do empreiteiro da Gautama, Zuleido Veras. O problema é que a denúncia contra Rondeau atinge o governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), inimigo político do chefe do PMDB, José Sarney. Mas Lula havia se comprometido com Rondeau que assim que seu nome fosse retirado da lista dos corruptos, voltaria a ocupar o cargo. O PMDB não abre mão do controle das Minas e Energia, estratégico para a condução do Estado, principalmente agora com a descoberta do campo Tupi. Lula está obrigado a aceitar o nome indicado pelo PMDB.

Juntamente com essa falcaturia, estoura mais um processo de desvio de dinheiro público contra o ex-governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. A CPI das ONGs, organizações que consomem e desviam rios de dinheiro público, está sendo abafada pelos governistas. O envolvimento da filha de Lula, da burocracia da CUT, Igrejas etc. foi deixado de lado. Para brecar a investigação do PSDB/DEM, os governistas ameaçaram levantar as falcaturas da Comunidade Solidária, conduzida por Ruth Cardoso. Um bando acusa o outro.

As disputas interburguesas põem em evidência a profunda corrupção do Estado. Para galgar um posto, seja eletivo, seja por nomeação, os partidos estão obrigados a compor a malha de corrupção que envolve toda política burguesa.

As massas são vítimas, porque recaem sobre elas os impostos, a destruição dos serviços públicos - saúde, educação, previdência -, a fome e a miséria. Mas a

luta contra os corruptos não se dá no terreno de disputa interburguesa (eleições, parlamento), porque aí a burguesia é hegemônica. Bandeiras como “Fora Renan”, levantada pelo PSol, procuram arrastar os trabalhadores para os conflitos interburgueses. Caem no ridículo.

Os explorados devem atuar com seus métodos e no seu campo de classe. A corrupção burguesa só pode ser eliminada por meio do programa da classe operária, que tem como estratégia o combate de conjunto ao sistema capitalista. Remoção e cassação de políticos corruptos não alteram as relações de promiscuidade que sustentam o Estado e suas instituições. As denúncias da podridão dos negócios e da política burguesas servem para demonstrar o quanto a classe dirigente está decomposta e a necessidade de destituí-la de todo o poder. Os métodos da luta de classe são os únicos que poderão punir os corruptos, como os tribunais populares criados pelo movimento social.

Sobre a violência policial

Dados oficiais são alarmantes: em sete meses, a polícia do Rio matou 961 pessoas. São 7 vidas exterminadas a cada dois dias. No morro do Alemão (RJ), num só dia de junho, foram mortos 19. Na favela da Coréia, também num só dia de outubro, 16 pessoas perderam a vida. Em São Paulo, em seis meses, a média de mortes executadas por policiais é de 1,12 por dia. Governos e polícias desfecham brutal matança nas favelas.

No Rio, travam uma guerra para liquidar os traficantes, que se protegem nos morros habitados por milhares de desempregados, subempregados e miseráveis. Cercadas, as favelas são bombardeadas pelos helicópteros, invadidas pelos caveirões e golpeadas pelos fuzis dos militares. Casas são escancaradas, pessoas encurraladas e perseguições de “suspeitos” se tomaram uma rotina.

Na capital paulista, a ação policial é brutal nos bairros pobres, onde as chacinas de jovens têm sido freqüentes. Foram 25 chacinas com 99 mortes só em 2007. Fatos semelhantes se repetem nas periferias das capitais de todo país. São 90 mil pessoas mortas por ano, a maioria jovens de até 25 anos.

O que se nota é que a orientação geral é de extermínio dos envolvidos e dos tidos como suspeitos com tráfico, roubo e seqüestro. As prisões estão reservadas aos que escapam dessa ordem policial. Os presídios e cadeias estão abarrotados. A cada ano, mais de 6 mil pessoas vão parar nas cadeias. Os governos constroem mais presídios do que escolas. O objetivo do governo de São Paulo é atingir 189 prisões (120 mil detentos), mais do que todos os outros estados juntos.

Dentro das cadeias, a violência permanece. Denúncias de toda espécie vêm constantemente a público. A mais recente foi a escandalosa revelação de que autoridades colocam mulheres em celas de homens. Com o caso da menor L., no Pará, evidenciou-se a prática comum de entregar meninas aos prisioneiros para estupros.

Esse quadro de violência do Estado contra a população miserável retrata a barbárie capitalista. No mesmo instante em que o governo se auto-elogia com índices que aparentam reduzir a miséria das massas, a guerra policial nos centros urbanos recrudescer, indicando justamente o contrário. Centenas de jovens assassinados em nome do combate ao tráfico escondem as raízes sociais do fenômeno. A juventude miserável não é o narcotráfico, como o Estado tem propagandeado para justificar a matança. Os jovens são, na verdade, empurrados para o crime devido a condições econômicas e cooptados pela fração burguesa narcotraficante. Essa não sofre a pena de morte decretada aos jovens das favelas, quando muito perde algum capital, que depois é recuperado.

Estamos diante de uma sociedade que se decompõe em meio à miséria e o desemprego, onde os males do capitalismo se proliferam - tráfico de drogas, marginalização, prostituição etc. Os governantes respondem com a política do extermínio e do cárcere. A base da violência policial está nas relações sociais, que transformam a riqueza produzida coletivamente em propriedade de uma minoria. E da grande propriedade dos meios de produção e da gigantesca concentração de riqueza capitalista que engendra a barbárie social.

Programa de Lula para a “paz” nos morros

Em meio às denúncias da violência

policial, das mortes de crianças nas favelas do Rio e das discussões provocadas pela fala do governador, Sérgio Cabral, de que a Rocinha é “fabrica de marginais” e por isso era a favor do aborto, Lula se encarregou de subir o morro para lançar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Segurança.

Tudo não passou de teatralização. Primeiro, a polícia fez uma varredura no Complexo do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho e as Forças Militares ocuparam a região, tida como de controle da facção criminosa de Femandinho Beira-Mar (que está preso). Depois, destacou 300 policiais para garantir sua segurança. E, por fim, selecionou 800 pessoas para assistir a encenação do “bate-estacas”, início do Programa.

O PAC tem o objetivo, segundo o governo, de investir cerca de 40 bilhões em 11 regiões metropolitanas do país, onde a criminalidade e as condições de vida são das piores do mundo. As obras são de infra-estrutura, de operações policiais de repressão ao crime e educação, que visam a combinar as ações de segurança com programas sociais.

O que chamou atenção foi a quantidade de desempregados que se inscreveu assim que o bate-estacas foi acionado - 815 pessoas em menos de um dia.

Lula precisa do PAC, pois esse foi a promessa de seu segundo mandato. As eleições municipais estão próximas, ganhar prefeituras é fundamental para os planos futuros. O PT criou “zumzum” em tomo do 3º mandato de Lula e levantou a bandeira de reforma política por meio de uma Assembleia Constituinte, sem mexer no atual funcionamento do Congresso. A Convenção do PSDB objetivou disciplinar seu oposicionismo frente ao adesismo de setores vinculados a verbas federais. As ações do governo, como o PAC, e a necessidade de aprovação da CPMF, vêm no sentido não só de assegurar a governabilidade mas de preparar a disputa eleitoral que só ocorrerá em 2010. A crise política ronda o governo e é de interesse da oposição. Lula se movimenta de forma a se desvincular das denúncias e a reclamar de que os interesses nacionais devem estar acima das disputas pelo poder. Demagogicamente, joga contra o PSDB/DEM a responsabilidade de ter de cancelar os programas sociais caso a

crise prevaleça.

As massas exploradas, que são empurradas para as favelas, que sofrem o peso do desemprego, da desestruturação das famílias e que são atingidas pela repressão policial, são iludidas pelos programas governamentais. A propaganda lulista em torno do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) objetiva pôr uma máscara humanitária na política de execução da juventude envolvida na criminalidade.

Política proletária

1. Lutar pela organização independente da classe operária e demais explorados frente às disputas interburguesas, envolvendo a aliança governista e a oposição;

2. Denunciar a corrupção como inerente ao Estado burguês, só a classe operária

por meio de tribunais populares poderá julgar e punir os crimes da burguesia;

3. Combater a violência do Estado contra as massas oprimidas, expondo as raízes sociais da criminalidade;

4. Rechaçar o Pronasci e o PAC da Segurança, mostrando à população de que se tratam de medidas policiais contra a juventude oprimida e a população empobrecida das favelas;

5. Explicar que a burguesia narcotraficante arrasta a juventude miserável para o crime e que a burguesia em geral é responsável pelo desemprego e miséria da maioria;

6. Defender o fim da criminalidade e de toda forma de violência policial transformando a propriedade capitalista dos meios de produção em propriedade coletiva;

7. Destruir todo aparato repressivo do Estado que serve de proteção à classe burguesa e garante sua ditadura de classe contra a maioria faminta;

8. Trabalhar no seio dos explorados e da juventude oprimida com as reivindicações que se opõem à exploração e à miséria: emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho; salário mínimo vital de R\$ 2.500,00; escola a todos em todos os níveis; aos jovens, jornada máxima de 4 horas na produção e o restante para os estudos e lazer; acesso de todos à saúde e à previdência.

Burocracias colocam Centrais a mercê do Estado

Senadores derrubaram a emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS) que levou a Câmara Federal a tornar facultativa a cobrança do imposto sindical

As direções da CUT e Força sindical reclamavam que o acordo feito com o governo de legalização das Centrais havia sido descumprido pelos parlamentares da própria base governista. Carlos Lupi, ministro do Trabalho, do PDT e ligado à Força Sindical, havia tramado as negociações e assim se viu desautorizado com a votação desfavorável ao imposto sindical. Paulo Paim, senador do PT, assumiu a tarefa de reverter a decisão negociando uma nova emenda.

O imposto sindical foi restabelecido como obrigatório até que se faça uma lei que crie a taxa negocial – uma invenção da burocracia para continuar recebendo rios de dinheiro sem que seja contribuição espontânea dos trabalhadores.

Para agravar a intervenção do Estado sobre as Centrais, foi aprovada a emenda do PSDB que prevê a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

O governo Lula tem servido para os

burocratas da CUT e da Força Sindical se unirem em torno da integração dos sindicados ao Estado capitalista. A legalização das Centrais não tem outro objetivo senão o de institucionalizá-las como braço estatal no manejo dos sindicatos e na aplicação da política de colaboração com a burguesia.

Em nome de acabar com a legislação intervencionista da era Vargas, a burocracia reforça o intervencionismo.

No passado recente, o POR combateu a tese petista do apartidarismo sindical – travestido da bandeira de autonomia sindical frente a todos os partidos – mostrando que se tratava de uma farsa para impor a política do PT e seus aliados. O que temos hoje é a mais descarada partidarização burguesa.

PT, PDT, PSB e PCdoB constituem forças políticas no aparato sindical a serviço dos governos, parlamentos e grupos capitalistas. Esses partidos que

posam de esquerda expressam em última instância o poder dos monopólios nacionais e multinacionais.

Está aí a prova mais completa da necessidade de construção de um poderoso partido operário revolucionário. É preciso derrotar os partidos reformistas ou travestidos de reformistas por meio do programa da revolução proletária e expulsá-los da direção das organizações da classe operária.

A tarefa do momento é constituir as frações revolucionárias nos sindicatos e nas Centrais em total contraposição à burocracia. As bandeiras de independência e de democracia sindicais devem guiar o trabalho revolucionário.

Fora a legalização patronal das Centrais! Fora qualquer controle do Estado sobre os sindicatos! Por sindicatos que sobrevivam apenas com as contribuições voluntárias dos trabalhadores.

A greve da polícia civil no Ceará

Os policiais civis do Ceará em greve desde 01/11 decidiram dar uma trégua ao governo Cid e resolveram voltar ao trabalho excepcionalmente na segunda (19/11) mesmo tendo a justiça burguesa considerado a greve legal. Segundo o presidente do Sindicato dos policiais civis (Sinpoce), Weudo Queiroz, a volta é uma maneira de tentar retomar o diálogo com o governo do estado, uma vez que este declarou que só negociaria com o fim da greve. A volta ao trabalho mesmo que só na segunda é um claro recuo.

A verdade é que os 16 dias de greve realizados até aqui saíram por pressão

da base. O próprio presidente do Sinpoci não teve cerimônia em dizer na imprensa que “Propomos uma paralisação de 24 horas, mas nenhum policial aceitou. A paralisação por tempo indeterminado é o desejo da classe”. (Diário do Nordeste 02/11) São 1,8 mil policiais em todo estado distribuídos em 59 delegacias. O piso atual é de R\$ 1200,00. Eles reivindicam 100% de reposição, isto é que o piso seja de R\$ 2.500,00. Defendem a imediata implantação do Projeto Gênesis que estabelece subsídios nos salários de delegados, escrivão, inspetores, peritos etc e retirada de presos das delegacias etc.

A greve da polícia reflete a desagregação do estado burguês

A polícia é o braço armado da burguesia. Mas a crise do capital golpeia as condições de vida daqueles que são pagos pelo capital para reprimir os trabalhadores. A greve representa uma insubordinação frente ao estado, destes que tem suas condições de vida esmagadas pelo arrocho salarial. Os revolucionários devem apoiar estes movimentos aprofundando as fissuras no estado e defender que a polícia volte suas armas contra a burguesia e seus governos e não contra os trabalhadores.

A greve dos médicos no IJF e a mobilização dos trabalhadores da Saúde municipal

Os médicos do Instituto José Frota (maior hospital do Ceará) entraram em greve desde segunda dia 12. Apenas casos de urgência e emergência estão tendo atendimento. Os médicos rejeitam o piso salarial da prefeitura de R\$ 1.700,00 no PCCS geral dos médicos municipais. Reivindicam um piso de R\$ 2.660,00 por 20h, melhores condições de trabalho e

um PCCS próprio do IJF. A saúde pública em crise crônica tem levado inúmeros setores a se rebelarem contra a prefeitura. Além dos demais médicos do IJF outros trabalhadores da saúde (odontólogos, enfermeiros, assistentes sociais etc) e os agentes de saúde e sanitaristas realizaram paralisações este mês exigindo melhorias salariais e convoca-

ção dos aprovados na seleção pública.

O problema central a ser combatido é o da unidade dos trabalhadores na Luta. Os trabalhadores em saúde do município começaram a se mobilizar em separado da greve dos médicos, aprovando a realização de várias atividades nos hospitais regionais e postos de saúde por um piso salarial de R\$ 2.280,00.

Manifesto do POR ao 37º Congresso da UBES

O 37º Congresso da UBES ocorre em uma conjuntura de profundos ataques aos trabalhadores e à juventude. Os governos burgueses, em especial o governo pró-imperialista de Lula/PT, descarregam a crise capitalista sobre os estudantes, por meio da destruição do ensino, do não direito à cultura/lazer, do desemprego, do não acesso ao ensino superior etc. Atualmente vivemos um profundo afastamento das direções estudantis em relação às base e consequentemente a uma aversão justificada dos estudantes às burocracias estudantis (em especial ao reformismo/PT e ao estalinismo PC do B), que aparelham as entidades em benefício próprio.

O esvaziamento dos congressos da UBES, a falta de discussões e politização dos estudantes são fatores que fortaleceram a burocracia, afastando os estudantes das suas entidades e fazendo com que a maioria das lutas estudantis sejam feitas de forma totalmente independentes dessas direções. Assim foi nas lutas contra o aumento das passagens no Maracanaú e em Fortaleza, contra a limitação das isenções para o vestibular da UFC, na luta contra o Reuni etc.

A Corrente Proletária Estudantil e o Partido Operário Revolucionário (POR) participam do congresso denunciando a burocracia e defendendo uma pauta de reivindicações para resgatar a nossa entidade para a luta e impulsionar a consciência dos estudantes.

I - Que a UBES rompa com os governos (Lula, Cid e Luzianne) e organize a luta dos estudantes!

A direção da UBES, há muito, não tem encaminhado as lutas dos estudantes. Mesmo durante o governo FHC, esta nunca passou de um apêndice dos governos burgueses, pois só limitadamente fazia críticas (eleitoreiras) a estes, sem, ao mesmo tempo, encampar qualquer luta. Após a eleição de Lula, ampliou-se o grau de integração da UBES ao estado. Esta se transformou numa agência de propaganda e defesa das propostas do governo Lula/PT no seio dos estudan-

tes. Por isso, cabe a este congresso lutar contra a estatização da UBES. Tal luta passa pelo rechaço da burocracia estalinista da sua direção (UJS/PC do B) que é correia de transmissão da política governista e verdadeiro freio das lutas dos estudantes.

Os estudantes permanecem alheios aos acontecimentos, enquanto a UBES serve de aparelho impulsionador de uma burocracia cada vez mais distante da base. Isso porque impulsionar lutas como o passe livre, fim do vestibular, trabalho para a juventude etc., significa se chocar contra o governo, coisa que a UJS não quer.

A propaganda de que Lula/PT é um governo voltado para os interesses nacionais, que quer dar emprego e universidade para a juventude, feita pela UBES, esconde o caráter antinacional e pró-imperialista deste governo, que segue as diretrizes do FMI/Banco mundial. O governo Lula/PT é incapaz de garantir as tarefas democráticas, como o fim fome, garantia do emprego a todos, entregar terra aos camponeses, salário mínimo vital. Ao contrário disso, vemos: salário mínimo de fome (R\$ 380,00), defesa do agronegócio e acobertamento dos latifúndios que assassinam sem-terras, ataque ao funcionalismo por meio da aprovação da lei anti-greve, favorecimento das privatizações, mercantilização do ensino superior, apodrecimento dos hospitais e saúde pública, aumento da repressão policial contra os assalariados e miseráveis. Os programas assistencialistas mal servem para disfarçar a enorme concentração de renda, que só faz aumentar (abismo entre pobres e ricos).

Por isso defendemos:

Que a UBES rompa com o Governo Lula e encaminhe as lutas estudantis em todo o país.

Fora a burocracia estalinista (PCdoB) e reformista (PT) da UBES!

Por um calendário nacional de lutas que reivindique: emprego à juventude (4h na escola e 4h no trabalho), por mais recursos para o ensino, fim dos vestibulares, acesso à cultura e esporte, passe

livre para estudantes e desempregados, fim do ensino privado, escola sob controle dos trabalhadores.

2 - Por uma UBES democrática e de luta: por uma direção revolucionária para o movimento estudantil

A UJS tornou-se uma burocracia profissional que vive do dinheiro da entidade (UBES) e só aparece nas escolas para a tirada de delegados, como sempre, em vésperas de congressos.

A desburocratização da entidade passa pela defesa das reivindicações mais sentidas pela juventude, pelo debate, nas escolas, sobre qual rumo deve tomar a entidade e, principalmente, pela defesa de grêmios livres e combativos. A criação de grêmios nas escolas (hoje a maioria ou não os tem, ou estes estão atrelados às direções de escolas) que garantam: independência dos estudantes frente aos núcleos gestores e defesa das reivindicações, continua sendo a tarefa imediata para se regenerar o movimento estudantil.

É preciso rechaçar os congressos festivos e distracionistas. Defender um congresso com democracia estudantil, denunciar as fraudes e defender um congresso que debata aberta e profundamente os problemas dos estudantes. Para isso, é preciso construir uma fração revolucionária da juventude dentro da entidade para impulsionar esse combate. É preciso denunciar, também, as pseudo-oposições que, diferenciando-se no discurso pseudo-radical e oposicionista, utilizam das mesmas práticas burocráticas da UJS, a exemplo da UJR (PCR), JSB (PSB) e JPS (PPS).

O movimento estudantil tem de combater o fracionamento das entidades secundaristas. Em Fortaleza, existem 5 entidades e, em todo o estado, são mais de 20 entidades! Em sua grande maioria, são 'máfias de carteirinhas' dirigidas por figuras que não têm nenhuma relação com os secundaristas, que passaram pelo movimento há muito tempo e hoje continuam a dirigir estas 'entidades' e vivem da cobrança de taxas obrigatórias

aos estudantes para emitir carteiras. O Congresso da UBES deve defender a criação de uma Entidade Única dos Estudantes no Ceará, o fim das máfias de carteiras, o financiamento público destas e que as entidades funcionem com receitas provenientes da contribuição voluntária apenas.

Por isso defendemos:

Criação de Grêmios Livres, independentes e de luta! Nenhuma ingerência das direções de escola no movimento estudantil. Abaixo as perseguições movidas pelos núcleos gestores aos estudantes de luta!

Construir uma fração revolucionária na UBES, construir a Corrente Proletária Estudantil!

Por uma entidade única dos estudantes do Ceará! Abaixo as taxas obrigatórias para carteiras!

Financiamento público das carteiras para todos os estudantes.

3 - Defesa da escola única, pública, gratuita, laica e enraizada na produção social

Os governos e a burguesia, os partidos reformistas (PT) e estalinistas (PCdoB) são os maiores defensores da escola burguesa, memorística, repetitiva e desvinculada da produção social. São defensores da divisão da rede de ensino em

pública e privada. A crise do ensino é produto da crise capitalista. A solução para o ensino será produto da revolução social. Todavia, os estudantes e trabalhadores devem lutar por um programa transitório que contribua, no campo da educação, para a derrubada do capitalismo. A escola única (fim do ensino privado), pública (acesso a todos em todos os níveis), gratuita, laica (livre do obscurantismo religioso) e vinculada à produção social (fim da dicotomia teoria-prática e defesa de que os jovens tenham trabalho: 4h diárias) é a única que corresponde aos reais interesses dos trabalhadores.

É preciso também que a juventude rejeite o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (neste está contido o REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -, que vai mercantilizar a universidade pública e piorar a qualidade do ensino), o Fundeb, as avaliações externas etc.

4 - Em defesa da autodeterminação dos povos e da Frente Única Antiimperialista. Pela Revolução Proletária Internacional

A barbárie capitalista impõe uma ofensiva econômica e militarista sobre os países atrasados e demais povos oprimidos. A ocupação militar nor-

te-americana no Iraque e Afeganistão resultou no massacre de milhões de trabalhadores e da transformação destes países em colônias dos EUA. Nos países atrasados da América Latina e Ásia prossegue o saque por meio das dívidas externas e especulação. Na OMC, as potências pressionam para que abram ainda mais seus mercados. O imperialismo americano, além disso, planeja a ocupação militar do Irã. Na América latina, constantes ameaças ao governo nacionalista de Chávez e, no Oriente Médio, armamento de Israel para esmagar os palestinos. A crise mundial do capitalismo, por outro lado, tem empurrado as massas a se levantarem no mundo todo: resistência no Iraque e Afeganistão, greve geral na França, derrubadas de governos na América Latina etc. A tarefa de construir o partido mundial da revolução é, cada vez mais, confirmada pelos fatos.

Por isso defendemos:

Direito a autodeterminação dos povos! Fora o imperialismo dos países atrasados!

Fora as tropas brasileiras e estrangeiras do Haiti!

Pelo Não Pagamento das dívidas interna e externa!

Frente Única Antiimperialista! Revolução e Ditadura proletárias (Governo operário-camponês)

I 3 dias de ocupação da Reitoria

Balanco da luta contra o Reuni na UFC

Na manhã do dia 7/11 estudantes da UFC desocuparam a reitoria com a pauta de reivindicações atendida parcialmente pelo Reitor, em conversações intermediadas pelo Ministério Público Federal (MPF).

Depois de 13 dias ocupados por conta da adesão no último Consuni (19/10) ao Reuni (programa de reestruturação e expansão das universidades federais) os estudantes tinham como pauta de reivindicação: a) a revogação do último Consuni, b) democracia na universidade, c) paridade já e d) contra a repressão cometida pela segurança a mando do reitor.

Depois da pressão que os ocupantes fizeram, a reitoria deu um primeiro re-

cuo ao aceitar negociar com os estudantes. Além disso o mandato de reintegração de posse, expedido a mando do reitor, que tinha sido retirado foi pedido novamente quando os estudantes não aceitaram desocupar sem as suas reivindicações atendidas. Na última negociação com a reitoria a pauta foi cumprida parcialmente, pois foi aceita uma audiência pública. A Reitoria se comprometeu com a realização de um ciclo de debates com o intuito de esclarecer a comunidade universitária. O REUNI da UFC será submetido ao próximo consuni 10/12 que ratificará ou não a decisão do Consuni anterior, depois de discutido nos centros e departamentos.

E importante colocar que até o mo-

mento da desocupação, 13 Universidades Federais estavam ocupadas contra o Reuni, ignorando as direções governistas dos DCE's e a direção majoritária da UNE. O movimento estudantil mostra que está vivo e que pode derrotar governos, reitorias e direções pelegas.

A tarefa agora é lutar para pôr abaixo a farsa do Reuni, rechaçar o Consuni como instância para aprová-lo e defender a universidade pública gratuita, laica e enraizada a produção social, com livre acesso a todos e sob controle dos trabalhadores e estudantes (assembleia universitária, o voto universal garantindo o poder da maioria estudantil) etc.

Derrotar o REUNI e a Reforma universitária do Governo Lula/PT com ação direta!

A ocupação da Reitoria da UFC no último período foi um marco importante na luta contra o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) reestruturação das universidades e contra a privatização da universidade pública. Ao todo 13 Reitorias estavam ocupadas dando um caráter nacional à luta contra o Governo Federal e as Reitorias.

Sem dúvidas a adesão da UFC ao movimento de ocupações de Reitorias foi um aprendizado para o conjunto dos estudantes que não aceitaram a imposição do Reitor Ícaro Moreira. Este usou de vários artifícios para tentar deslegitimar a mobilização dos estudantes, como a divulgação de notas difamatórias e até a solicitação do uso da força policial, mas a mobilização estudantil foi mais forte garantindo um recuo do (Burocracia universitária) Reitor, ao fazer este aceitar alguns pontos da pauta de reivindicações, como um ciclo de debates e a garantia de que não haveria nenhuma retaliação a qualquer estudante. Assim configurou-se uma meia vitória do movimento. Meia vitória, pois a principal reivindicação não foi atendida: a revogação do último Consuni (19/10). Ficou deliberado que haverá um novo Consuni onde a decisão da adesão ao REUNI será ratificada ou não, ou seja, mesmo que não se confirme o posicionamento pela adesão isso não garante a derrota do projeto privatista de Lula.

Diante desses fatos coloca-se uma questão: como derrotar o REUNI na sua totalidade? A isso respondemos: primeiro é preciso saber que o programa de reestruturação é parte do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), o chamado PAC da educação, que a exemplo do conjunto das reformas (Previdenciária, Sindical/Trabalhista) tem por objetivo precarizar e aumentar a exploração da força de trabalho. Portanto o REUNI é



parte da imposição do FMI/Banco mundial.

Outra discussão importante é quanto às formas de deliberação das decisões. Estas são decididas no Consuni que é a instância deliberativa na UFC. O Consuni, porém, é um espaço anti-democrático, pois as decisões são submetidas ao voto proporcional, 70% professores, 15% estudantes e 15% servidores, ou seja, a grande maioria da comunidade universitária, que são os estudantes, não tem nenhum peso nas deliberações dos rumos na universidade ao passo que a burocracia, que é uma fração insignificante da comunidade, tem um enorme peso neste espaço 'deliberativo'.

Em oposição ao Consuni defendemos a Assembléia Universitária como o espaço deliberativo, pois uma Assembléia da comunidade universitária pressupõe uma discussão ampla. Rechaçamos o voto paritário, pois este iguala setores que possuem pesos completamente diferentes e, portanto, distorce a luta de interesses na universidade. Consideramos o voto universal, isto é, um voto por pessoa, o mecanismo mais representativo das

decisões.

Diante destas conclusões a Corrente Proletária Estudantil defende o rechaço do REUNI na sua totalidade pois este projeto nefasto fere a autonomia universitária na medida que atrela aumento das verbas ao cumprimento das metas de aumento da relação professor/aluno e de 90% de conclusão. A verdadeira reforma que o ensino superior precisa é:

*** Fim dos vestibulares, livre acesso nas universidades!**

*** Defesa de mais verbas para a educação. Que o governo direcione 10% do PIB para o ensino!**

*** Fim de toda forma de mercantilização e privatização das universidades. Abaixo a cobrança de taxas e todas as pós-graduações pagas!**

*** Em defesa da universidade pública, gratuita, laica e vinculada à produção social. Fim do ensino privado. Estatização sob controle dos trabalhadores.**

*** Abaixo a burocracia universitária. Poder à Assembléia Universitária.**

*** Em defesa da aliança Operário-estudantil. Por um governo Operário -Camponês!**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Londrina-PR**Boletim da Corrente Proletária na Educação****Novembro de 2007**

Combater a perseguição e repressão política!

Com os ataques cada vez mais violentos aos direitos dos trabalhadores, o descontentamento de grande parte da população começa a se transformar em revolta. Apesar das direções burocráticas há uma retomada das lutas populares e da juventude. O Estado responde com intimidações, processos judiciais, repressão e até assassinatos. Revela-se sob o tal “Estado de direito” e sociedade “democrática” que, sob o capitalismo, não passa de uma ditadura da burguesia, que quando sente seu poder ameaçado pelas manifestações populares não hesita em utilizar o sistema judiciário, as polícias e até mecanismos de espionagem (com policiais infiltrados em movimentos) para sufocar a legítima revolta dos explorados.

A brutalidade com que a polícia trata a juventude das periferias, agora chega ao centro da cidade. Basta ver a atuação da patrulha escolar, que em uma verdadeira operação de guerra mobilizou 200 PMs para revistar crianças e adolescentes do Colégio Vicente Rijo. Repressão em festas de república, militarização dos colégios e universidade.

Em relação aos movimentos sociais e políticos a ditadura de classe da burguesia fica ainda mais evidente, já que não tem nem como esconder as arbitrariedades policiais sob a desculpa do combate à criminalidade. Assim, militantes são condenados por formação de quadrilha e o estímulo à organização dos oprimidos é enquadrado como incitação ao crime. Em Londrina, o Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo tem todas suas manifestações “monitoradas” pela polícia, e foi impedido de realizar manifestações no terminal e garagens, desde 2006, por uma liminar da Grande Londrina. Agora em 2007, que-



rem proibir seus militantes até de panfletarem. Em 29 de outubro a polícia prendeu quatro integrantes do comitê por panfletarem no terminal, chegando a agredi-los física e verbalmente.

Nas universidades, reduto das lutas contra a ditadura, a invasão policial tem se espalhado. Fundação Santo André, Largo São Francisco, Federal da Bahia, PUC-SP, Unesp-Franca são alguns exemplos de como a autonomia universitária está sendo pisoteada para que a burocracia universitária possa aprovar projetos privatistas. Na UEL, a reitoria sofreu uma derrota com o rechaço da comunidade universitária ao seu plano de segurança repressivo e autoritário (de cercar o campus e abri-lo para a entrada da polícia). Mesmo sem ser aprovado, a polícia tem entrado no campus e a própria reitoria tem mantido um clima de ameaças, perseguições, processos, filmagens, fotografias, além de chamar os estudantes que lutam contra sua política de terroristas e insinuar que eles recebem dinheiro de traficantes para comprar apitos, narizes de palhaço e faixas.

É fundamental organizar desde já a resistência à repressão política. Para isto, é necessário criar um movimento amplo que defenda as liberdades democráticas, o direito à manifestação, à organização, à liberdade de expressão, etc. Por meio desta luta, devemos avançar na conscientização sobre o verdadeiro caráter da “democracia” que temos hoje. É preciso saber desde já os limites da justiça burguesa, para que não se fortaleçam as ilusões de que combateremos a repressão por meio de batalhas judiciais. Este enfrentamento depende da organização dos estudantes e trabalhadores, devemos confiar em nossas próprias forças, nosso método deve ser a ação direta.



Manifesto de fundação do Movimento Londrinense Contra a Repressão

As organizações que assinam este manifesto propõem a imediata criação de um **MOVIMENTO LONDRINENSE CONTRA A REPRESSÃO** para enfrentar a olítica de Estado de criminalizar e reprimir os movimentos sociais, da pobreza e da juventude. Esse processo repressivo que utiliza a polícia e o judiciário tem se manifestado nacionalmente nas invasões das universidades pela polícia (Universidade Federal do Paraná, PUC-SP, universidade Federal da Bahia, Fundação Santo André, etc), nas ações em morros, favelas e bairros de periferia em que moradores têm seus direitos humanos violados sistematicamente e, muitas vezes, são sumariamente executados. Também é observável na militarização dos colégios e na repressão a movimentos sociais e políticos no campo e nas cidades. Além da violência policial, utilizam-se também de liminares e outras restrições ao direito de manifestação, e de processos judiciais contra militantes, que geralmente são enquadrados em crimes como formação de quadrilha e incitação ao crime apenas por defenderem a organização dos trabalhadores e da juventude por seus direitos.

Em Londrina, esse processo avança a passos largos. Já temos muitos exemplos de abusos da polícia nos bairros. Raphael Bezerra da Silva (filho do ex jogador de futebol José Carlos da Silva, o Zequinha) foi assassinado aos 20 anos de idade, em 2004. Ele teve 14 ferimentos à bala, no tórax, braço e ombro, provocados por nove disparos de pistolas calibre 40. Os autores do crime são PMs que alegam terem o confundido com um assaltante. Outro jovem trabalhador, Jamys da Silva, carregador do CEASA, foi assassinado aos 20 anos por PMs, em 2005, a socos e botinadas, porque o som em sua festa de aniversário estava alto. E estes não são casos isolados. Expressam o modo de atuação da polícia contra a juventude pobre.

A patrulha escolar também faz parte desse processo. A revista nos colégios, como a que aconteceu no Colégio Vicente Rijo, em novembro, demonstra o caráter repressivo dessa ação e a militarização dos colégios e a violação dos direitos de crianças e adolescentes, que tiveram sua

privacidade invadida e seus corpos tocados pelos 200 PMs que participaram da operação. A ação truculenta da polícia em manifestações culturais da juventude, como as festas de república, também compõe este quadro de abusos.

Quanto à criminalização dos movimentos já colecionamos fatos suficientes. Há uma liminar, desde 2006, da Grande Londrina contra o Comitê Pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo que proíbe a realização de manifestações no terminal e garagens. E em 29 de outubro de 2007, quatro militantes deste comitê foram presos por panfletarem no terminal, recebendo agressões verbais e físicas de seguranças privados e PMs. Além de serem agredidos, estão respondendo a um processo criminal, como se fossem os agressores.

Na UEL, a reitoria tenta impor um Plano de Segurança repressivo e autoritário (que se traduz em cercamento/muro e entrada da PM no campus). Esta ação contraria o caráter público e autônomo da universidade e serve para reprimir o movimento estudantil, o que já está sendo feito pela reitoria, que procura intimidar estudantes que lutam, ameaçando-os com fotos, filmagens e processos.

A repressão avança a cada dia, é preciso dar uma resposta unificada. A cada ação abusiva do Estado - por meio de seus agentes como o reitor, polícia e judiciário - devemos responder com organização. Mesmo que não tenhamos acordo quanto às lutas específicas dos movimentos, é preciso defender as liberdades democráticas, o direito à livre expressão, à greve, livre manifestação e os direitos humanos.

O Movimento Londrinense Contra a Repressão será uma frente aberta a todos aqueles que queiram se somar a esta luta. Terá como objetivo defender as liberdades individuais e coletivas contra a repressão, dar visibilidade a cada caso, buscar auxílio jurídico, a partir das ações do movimento, para combater abusos e arbitrariedades, e principalmente trabalhar pela articulação dos movimentos, trabalhadores e juventudes para barrar este processo de criminalização.

Londrina, 29 de novembro de 2007

Preparar a luta desde já!

Há pouco mais de uma semana foi realizada mais uma prova do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES que, segundo governo, “tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências”. É o provão criado pelo governo FHC com o nome mudado pelo governo Lula. Junto com o PROUNI, o SINAES é um aspecto da reforma universitária que o governo já está implementando.

Em todo o país, os estudantes têm se insurgido contra este ataque do Estado a autonomia universitária, justificado com o pretexto mentiroso de servir como meio para melhoria da educação superior. As entidades representativas de vários cursos têm organizado o boicote deste exame. Na UEL, a participação no boicote, até agora, foi feita de forma desorganizada, improvisada e em cima da hora. Com isso, os estudantes ficam sem saber como agir diante do ENADE.

A organização da resistência passa pela discussão aprofundada do papel do SINAES/ENADE, da autonomia universitária, da política de submissão

do MEC às diretrizes do Banco Mundial, o caráter entreguista do governo LULA, da subordinação da burocracia da UEL ao governo, e, as formas de enfrentamento.

Não se pode mais deixar para última hora a organização de qualquer ação contrária ao ENADE. A luta contra a reforma universitária deve ser concreta e realizada todos os dias!

Na terça-feira, dia 13/11, a nova gestão (Cala a boca já morreu) convocou sua primeira assembléia, um dos pontos de pauta foi a reformulação do seu estatuto do DCE.

Esta discussão é necessária, pois os últimos estatutos contêm elementos que favorecem uma política de subordinação do movimento estudantil à burocracia universitária. Antes das eleições, uma assembléia definiu que independente de que chapa assumisse o DCE, deveria comprometer-se a reformular seu estatuto.

Esta discussão, porém, deve ser a mais ampla o possível, uma vez que a forma de organização não é neutra: ou favorece a organização independente dos estudantes, ou favorece a submissão deste setor à política da burocracia universitária, do Estado, favorecendo seu aparelhamento para a política dos

partidos burgueses e pró-burgueses.

A última assembléia significou um avanço, pois estabeleceu que a discussão se dará por teses. Assim, todas as correntes e grupos terão que colocar no papel sua concepção de organização, a elaboração coletiva das teses e sua distribuição antecipada permitirão uma discussão mais aprofundada e uma decisão mais consciente. Na assembléia também foi deliberado que a discussão será realizada em abril de 2008. O formato das teses será definido por uma assembléia no final de março e haverá uma assembléia no final de abril para aprovar o novo estatuto do DCE.

Defendemos a realização de um congresso para que as teses possam ser discutidas de fato. O movimento estudantil da UEL não pode correr o risco de se criar mais um estatuto que engesse por meios burocráticos o movimento.

O que é fundamental é demarcar no estatuto a necessidade de ampliar a democracia interna da entidade, estabelecendo a soberania das assembléias, diretoria proporcional, a defesa da independência do DCE em relação à burocracia universitária (reitoria) e ao Estado, incluindo a soberania da entidade sobre seus espaços.

Outro passo muito importante para o movimento estudantil será a elaboração de um programa, para que passemos de um estágio de lutas desorganizadas, que expressam apenas respostas a ataques da reitoria e Estado para uma formulação consciente sobre as lutas necessárias para que o movimento estudantil possa se somar à luta mais geral dos trabalhadores.

Adquira com o distribuidor deste jornal

90 anos da Revolução Russa - 1917-2007

Defesa da Revolução e Ditadura Proletária
Construir o Partido Mundial da Revolução Socialista
Reconstruir a IV Internacional

POR Partido Operário Revolucionário

Jornal das Massas

90 anos da Revolução de 1917: A Revolução Russa e a Guerra

Artigos do Lenin de 1914 e 1917

Partido Operário Revolucionário

Jornal das Massas

Encontro Operário

No mês de novembro, houve uma retomada das lutas da classe operária e dos servidores públicos em nível internacional. As greves na França, Itália, Rússia, Alemanha e Estados Unidos ocorreram quase ao mesmo tempo e demonstraram a força organizativa dos trabalhadores. Porém, no Brasil, as centrais sindicais continuam reforçando o apoio ao governo, apesar da manifestação prevista para início de dezembro (IV Marcha para Brasília). Enquanto o governo contar com os resultados positivos da economia e com a criação de postos de trabalho (embora não reponha a brutal destruição ocorrida na década de 90), a burocracia sindical manterá o movimento social sob seu controle. Os prenúncios de queda no desempenho da economia dos Estados Unidos afetarão de conjunto o mercado mundial e, certamente, resultarão em prejuízos para o Brasil. Preparar as condições para essa etapa é fundamental para o desenvolvimento da corrente proletária metalúrgica.

1. Uma greve nacional contra a Reforma da Previdência paralisou os transportes públicos da França por nove dias. O movimento ganhou força com a adesão dos setores de gás, eletricidade, professores, correios e estudantes. Motivo da greve: o governo Nicolas Sarkozy anunciou mais uma etapa de alterações na previdência, eliminando as aposentadorias especiais dos servidores e igualando-a com a dos trabalhadores privados e com as de outros funcionários públicos, que já perderam as conquistas especiais. O objetivo era aumentar o tempo de contribuição de 37,5 anos para 40 anos. A destruição da aposentadoria especial atinge quase dois milhões de trabalhadores, particularmente, os serviços de transportes coletivos. Eliminar os regimes especiais é uma tarefa que vem desde 1995, quando Jacques Chirac anunciou a intenção, mas os protestos e paralisações impediram a continuidade da ação governamental. A França já alterou a previdência em 1993 e 2003, cortando direitos dos trabalhadores. A greve dos transportes ganhou a adesão dos professores, que ganharam as ruas na maior paralisação dos últimos 4 anos, quando o governo aplicou a mesma medida, impondo aos funcionários públicos a obrigatoriedade de contribuir com a previdência por 40 anos. Exigiram de Sarkozy o fim da reforma, aumentos salariais e a não demissão de 23 mil servidores, prevista para o início de 2008. Os estudantes também paralisaram as aulas contra a reforma universitária, que possibilita às universidades públicas a cobrança de mensalidades e parcerias com as empresas privadas. O fato é que o governo pretende impor um conjunto de medidas: fim das aposentadorias especiais, mecanismo de contratação de servidores vinculado às aposentadorias – de cada dois aposentados, um posto de trabalho é mantido –, demissão de professores no início do ano, investimentos privados nas universidades públicas, contenção salarial e limitação no direito de greve. Trata-se de reformas que destroem direitos sociais, demitem, arrocham salários, elevam a jornada de

trabalho (35 para 40 horas semanais) e ampliam a privatização dos serviços públicos. Sob a pressão dos trabalhadores, a maior central sindical (CGT), a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) e a Federação dos Maquinistas propuseram uma greve de 24 horas. A intenção da burocracia sindical era fazer a paralisação por tempo determinado e, com isso, forçar o governo a abrir negociação. O movimento grevista tomou outro rumo, com a adesão de outros setores e estudantes. Os piquetes e as ações grevistas, que serviram para impedir o funcionamento dos transportes, foram criticados tanto pelo governo quanto pela burocracia sindical. Usaram o mesmo argumento de que a população estava contra a greve e as “sabotagens”. A burocracia sindical defendeu o fim da greve, mas as assembleias de base decidiram pela continuidade. Isso causou irritação do governo e de parte da burocracia, que planejava iniciar as negociações. Depois de 9 dias, a CGT impôs o fim da greve, embora os estudantes tenham se colocado pela manutenção do movimento. A burocracia sindical temeu a perda do controle do movimento e, acossada pelos capitalistas, encerrou a greve nacional que encurralou Sarkozy.

2. Na Rússia, os operários da multinacional Ford de Vsevolojisk (Petrogrado), que exigem reajuste salarial de 35% e melhorias nas condições de trabalho, decretaram greve no dia 20 de novembro. A montadora explora 1800 trabalhadores e se recusa a reajustar os salários. Depois de 4 meses de negociação, a assembleia votou pela greve e pela ocupação da fábrica. A multinacional e governo usaram a tropa de choque (OMON) para impedir que os operários entrassem na fábrica. Tentam quebrar o movimento com a importação de carros produzidos na Alemanha e Espanha e com as ameaças aos grevistas. Operários da AvtoTraMos (fábrica da Renault), trabalhadores do Metrô de Moscou fizeram paralisações em apoio aos grevistas da Ford. Essa não é a primeira greve na multinacional em solo russo. A Ford foi uma das primei-

ras multinacionais a funcionarem no país. Nas paralisações anteriores, entre elas a de 2005, os operários cruzaram os braços e permaneceram dentro da fábrica. Agora, acampados em frente da montadora, os operários mantêm a greve. As montadoras aproveitam a restauração capitalista para invadir o país e explorar a mão de obra com salários extremamente baixos. A Ford e a Renault foram as primeiras, a Toyota e a Volkswagen prepararam para entrar na Rússia, aproveitando das condições de superexploração e do mercado consumidor. Os operários russos estão obrigados a retomar os métodos de luta para enfrentar os capitalistas e os governos. O governo restauracionista se une às multinacionais para punir os operários que clamam por melhores condições de vida e trabalho.

3. Na Alemanha, a greve dos transportes ocorreu na mesma época em que a França estava paralisada. A greve de pilotos de avião, que paralisou o aeroporto de Lisboa, foi provocada pela intenção do governo de aumentar a idade da aposentadoria, de 60 para 65 anos, e reduzir o valor dos proventos (fim das aposentadorias integrais). Nos Estados Unidos, o sindicato dos roteiristas decretou greve e o objetivo era atingir toda indústria de entretenimento. Esse quadro grevista expressa os descontentamentos dos trabalhadores contra as medidas governamentais. Os governos europeus implantam as reformas de retirada de conquistas. A previdência estatal e os regimes especiais que garantiram condições de existência para amplas camadas de aposentados estão sendo arrancados. O aumento da exploração do trabalho por meio da ampliação da jornada é outro artifício dos capitalistas para assegurar as altas taxas de lucratividade. O arrocho salarial obriga o proletariado a paralisar o trabalho em defesa de reajustes. Soma a esse quadro, a luta dos imigrantes na França contra as medidas impostas por Sarkozy e dos imigrantes nos Estados Unidos. A tendência é agravar os conflitos sociais, que só não têm sido maiores em função do controle que as burocracias sindicais exercem sobre a classe operária.

4. No Brasil, a burocracia sindical das duas maiores Centrais reforçam a política de apoio ao governo Lula. Em meio a crise em torno da aprovação da CPMF, a direção da CUT defendeu a proposta que Lula fez ao PSDB de isenção aos que recebem até R\$2.484,00. Pretende realizar a “IV Marcha da Classe Trabalhadora”, no início de dezembro, dizendo que se trata da luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e da defesa da ratificação da Convenção 151 da OIT (que prevê a organi-

zação e negociação no setor público) e da 158 (que condena as demissões “imotivadas”). O objetivo da burocracia é fazer uma manifestação superior a ocorrida em agosto, criticada pelo baixo número de manifestantes. A CUT voltou a defender o acordo realizado no Fórum Nacional da Previdência com os representantes do governo e dos capitalistas. Demagogicamente, diz que não aceita retirada de direitos, mas não se opõe de conjunto à reforma. Governo e empresários “aceitaram” a idéia de uma “gestão quadripartite nos órgãos da Previdência e “concordaram” com a manutenção dos benefícios previdenciários vinculados ao salário mínimo. Essa é a vitória cantada pela CUT! A carta de intenção, saída de Fórum, não significa que o governo não vai alterar as regras para a obtenção da aposentadoria. Ao contrário, nem mesmo a retirada do fator previdenciário, cálculo que reduz o valor das aposentadorias, foi assegurada no acordo. As disputas interburguesas no Congresso têm dificultado a aprovação dos acordos estabelecidos com a burocracia sindical. O projeto de Lei 1990/07, que reconhece as Centrais, fruto das negociações, foi alterada na Câmara Federal com a extinção da obrigatoriedade do desconto do imposto sindical e está parado no Senado à espera de barganhas com os partidos oposicionistas. Na realidade, as marchas, as pressões aos parlamentares, as denúncias dos super-poderes do Supremo Tribunal de Justiça e outras manifestações da mesma natureza não dizem respeito às necessidades vitais dos explorados (emprego, salário, aposentadoria para todos, fim do salário mínimo de fome etc). Aparentemente, a burocracia assume bandeiras da maioria explorada, como a da “redução da jornada, sem redução do salário”, mas não para organizar a luta por essa reivindicação. A classe operária e demais oprimidos têm de se libertar do controle da burocracia sindical. A independência política e organizativa é essencial para pôr em ação a política proletária. Isso depende da construção das frações revolucionárias no seio dos sindicatos e do movimento social. A cisão da CUT, caminho tomado pelo PSTU e PCdoB, não permite o combate à burocratização e estatização dos sindicatos/central. Na realidade, comparece como divisão aparelhista, resultante de interesses de alas da burocracia – mais à esquerda, ou mais à direita. A classe operária comparece alheia às divisões no meio sindical. O POR trabalha para pôr em prática as frações revolucionárias com objetivo de combater os burocratas conciliadores, independizar os sindicatos da política burguesa e defender as reivindicações da classe operária.

Nesta edição:

- A política do M.A.S. e de Evo é desnudada
- O governo, no seu afã de ressuscitar a inútil Constituinte, perde o controle da situação
- Significado da derrota de Chávez

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A política do M.A.S. e de Evo é desnudada

Patrício

Nós julgamos Evo Morales e o Movimento ao Socialismo por seus atos e não por sua ideologia, por seus princípios, isto porque eles não têm programa, não é um partido político, mas um bando de aventureiros, que no passado imediato serviram aos politiquinhos de direita, de seus cargos governamentais e até empresariais. O que se agravou, porque agora continuam fazendo a mesma coisa como podem.

Estes antecedentes, que não podemos esquecer ou passar ao largo, demonstra as razões pela qual o M.A.S., sua direção e a maioria de seus militantes dos níveis partidários mais importantes seguem executando uma política burguesa, pró-imperialista, abertamente servil aos poderosos.

A consigna mestra de Evo

Evo Morales, nem bem foi eleito como presidente do país, voou a Santa Cruz e implorou aos empresários mais fortes da região que o recebessem, foi pedir-lhes que lhe ensinassem a governar, para não cometer erros na direção do Poder Executivo.

As atuações do presidente “índio” põem em evidência que está cumprindo religiosamente suas promessas feitas aos opressores e exploradores da maioria nacional. Jurou ser um lacaios dos capitalistas poderosos, por isso está descarregando todo o peso do mal-estar que vivemos sobre a maioria dos bolivianos empobrecidos.

O “índio” Evo serve a burguesia

Cotidianamente, lança seu juramen-

to de que ele, o curaca, o cacique, veio ao mundo para impor e salvar a propriedade privada dos meios de produção em suas três dimensões: 1) a grande propriedade, que está nas mãos do imperialismo, dos governos e burgueses mais fortes, das multinacionais, dos que converte em empresas descomunais tudo o que saqueiam dos pobres, do Estado e de tudo o que tocam. 2) A média propriedade, que é a que é controlada pela classe média e que excepcionalmente se converte em grande propriedade. 3) A pequena propriedade, que é a que está nas mãos da classe média empobrecida; dos artesãos, pequenos comerciantes e de grande parte dos camponeses. Ainda que existam no seu seio setores sem propriedade e que persistam em conservar traços do comunismo primitivo.

O setor social qualitativamente mais importante da sociedade, em que pese seu número limitado, é o proletariado, que não é proprietário dos meios de produção e que vende sua força de trabalho para poder viver. Por isto, unicamente a classe operária é a que pode transformar radicalmente a sociedade capitalista, que se baseia na existência de uma multidão de explorados e oprimidos.

Evo proclama em alto e bom som o que ele é

Evo Morales, desde que apareceu no cenário social, proclamou e proclama aos quatro ventos que sua missão sagrada é criar e proteger a propriedade privada dos meios de produção em suas três dimensões.

Já sabemos que é a dimensão da propriedade privada dos meios de produção a que determina as características e objetivos das classes sociais assentadas nelas. Sua consequência são os privilégios e características de seus proprietários e as relações que mantêm com as outras classes sociais. A propriedade privada gera a luta de classes.

Daqui podemos dizer que o objetivo revolucionário dos explorados e oprimidos é lutar contra a propriedade privada dos meios de produção, contra a sociedade capitalista, burguesa, assentada nela, para substituí-la pela sociedade comunista, assentada na propriedade social dos meios de produção, ou seja, de todos os componentes da sociedade para seu trabalho, o que quer dizer que nenhum deles será proprietário privado.

Reiteramos: Evo Morales, o M.A.S. e seus seguidores são lacaios da **burguesia**, das potências econômicas, dos ricos da Bolívia e dos outros países capitalistas.

Para sermos livres e deixarmos de ser explorados e oprimidos, temos de lutar contra governantes como Evo, que fazem propaganda e defendem a propriedade privada dos meios de produção. Os pobres, os explorados, devem se unir e se mobilizar para lutar contra a sociedade burguesa, para sepultá-la, condição indispensável para levantar a sociedade comunista, para ser livres e deixar de ser explorados e oprimidos.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2063 de 30/11/2007)

O governo, no seu afã de ressuscitar a inútil Constituinte, perde o controle da situação

A idéia de se refugiar em um quartel, para que a Plenária da Assembléia Constituinte pudesse funcionar e aprovar o Projeto de Constituição Política elaborado pela maioria masista, só conseguiu enfurecer e trazer para as ruas amplos setores da população da cidade de Sucre, embrutecidos e fascistizados pela prédica chauvinista da luta pela capitalidade plena (que Sucre se torne a sede do Executivo e do Legislativo).

Atuando a partir dos Comitês Cívicos da chamada “Meia Lua”, a oposição de direita introduziu habilmente o tema da capitalidade plena para dar um cheque-mate na Constituinte.

A oposição de direita é expressão da decadente burguesia nativa que, em sua miopia reacionária, acusa o reformista e conciliador Evo de ser um perigoso revolucionário.

Espectáculo grotesco: as massas urbanas atuando como bucha de canhão da burguesia racista; os universitários, que outrora foram aliados da luta revolucionária dos explorados, convertidos hoje em ponta de lança da conspiração direitista com toda sua carga de racismo fascista.

A turba excitada ocupou a cidade, expulsou a polícia, os constituintes tiveram que sair fugitivos, ocultos pela noite, os “Ponchos Rojos” e outros setores camponeses, que pretensamente haviam marchado para Sucre para garantir a continuidade da Assembléia Constituinte, retiraram-se sem travar a batalha, prova de sua falta de convicção nas “bondades libertadoras” da Constituinte.

A luta das massas é grandiosa quando enfrenta o poder dos exploradores, mas é repudiável quando é arrastada a atuar como instrumento destes.

A direita chora com lágrimas de crocodilo e a todo volume, através de seus meios de comunicação, a morte de três manifestantes, “mártires da democracia”; os fascistas de primeira hora se tornam os democratas pacifistas, vítimas da tirania do “ditador Evo” que “incita a violência e o enfrentamento entre bolivianos.”.

Toda esta comédia, esta luta miserável



A tentativa de Evo resultou num acirramento dos conflitos na Bolívia

vel entre o governo e a oposição, pelo controle dos recursos do Estado é alheia à luta dos explorados, e nos ensina que a prédica do governo reformista, que diz que é possível resolver os problemas dos explorados e transformar a sociedade em entendimento e cooperação com os exploradores, é uma falácia própria dos lacaios que não querem tocar nos privilégios dos ricos, dos poderosos, dos opressores.

Comprovamos nos fatos como a burguesia não está disposta a entregar nem uma parte do que roubaram pacificamente, em que pese que o governo não cansa de jurar respeitar a vigência do regime burguês, ou seja, a grande propriedade privada burguesa, não admite que se meta em seus assuntos, mesmo quando não esteja em perigo o poder burguês.

As lições:

1. Não se transforma a sociedade pela via legal, redigindo uma nova Constituição, que, enquanto não se transformar a base econômica da sociedade (a grande propriedade privada burguesa), não pode ser outra coisa que uma reafirmação da ordem burguesa opressora e exploradora.

Com efeito, o projeto de Constituição Política do M.A.S. aprovado pela maioria com sua “garantia da vigência plena da propriedade privada em todas suas dimensões”: a grande, a média, a peque-

na e a estatal, junto com os restos da propriedade comunitária indígena. Sobretudo garante à grande propriedade privada burguesa os meios de produção (terra, matérias-primas, indústria, comércio, bancos, serviços, educação, imprensa, etc., etc.), sempre que cumprir sua “função econômico-social”, ou seja, que cumpra sua função de explorar o trabalho dos operários da cidade e do campo.

2. A burguesia deve ser derrotada pela via insurrecional com o uso da violência revolucionária, violência exercida pelas massas contra os exploradores.

Repetimos:

A conspiração direitista deve ser derrotada nas ruas, e, para isso, devemos passar por cima do reformismo masista, que desarma os explorados e os conduz à derrota, esquecer esse circo inútil que é a constituinte e retomar a política revolucionária do proletariado, que nos ensina que, para transformar o país, devemos acabar com a grande propriedade privada burguesa e imperialista, para instaurar a propriedade social dos meios de produção.

Nada de se deixar arrastar pelo jogo burguês do enfrentamento chauvinista entre regiões, a luta é de explorados contra exploradores!

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2063 de 30/11/2007)

Venezuela

Significado da derrota de Chávez

O resultado do referendo sobre as mudanças constitucionais demonstrou que o país está dividido. Chávez (SIM) perdeu para a Oposição (Não), 49,32% e 50,7% respectivamente. O grande número de eleitores que não foi votar (44%) indica que a divisão implicou apatia de quase metade dos votantes. A abstenção serviu ao Não. Até no último momento, as pesquisas de boca de urna davam vitória ao governo, por pequena margem de votos. Venceu a oligarquia, tendo à frente a Fedecámara, e os Estados Unidos, que unificaram os partidos direitistas que comandaram a Venezuela por 4 décadas (Copei e Ação Democrática). O imperialismo e a fração pró-imperialista da burguesia venezuelana insuflaram os estudantes e a classe média.

A Igreja Católica teve papel decisivo contra Chávez. Os partidos tradicionais que se mostravam desacreditados atuaram por detrás dos estudantes. A Igreja assumiu a frente pró-imperialista. O general Raúl Isaiás Baduel abandonou o Ministério da Defesa e serviu de canal para a reação. Em síntese, constituiu-se a frente oposicionista com Fedecámara, Igreja e organizações estudantis.

A Oposição fez uma campanha demagógica em torno da “democracia” contra as medidas rotuladas de ditatoriais, previstas na Reforma da Constituição. Atraiu a classe média e os estudantes e protagonizou grandes manifestações. O governo pressionado respondeu com repressão e os conflitos foram intensos nas ruas de Caracas. A Oposição pró-imperialista que parecia incapaz de contestar as mudanças constitucionais ganhou vida. Os estudantes deram caráter de massa ganhando as ruas. Exigiam que adiassem o referendo para ter tempo de estruturar a Oposição. A repressão chavista alimentou o movimento. E suas manifestações de massa pelo SIM compareceram como resultado



As massas foram arrastadas pela oposição burguesa na Venezuela

de arregimentação assistencialista. A Oposição que inicialmente estava pelo boicote ao referendo viu que parte significativa da classe média poderia se manifestar pelo Não.

Nacionalismo de Chávez

O presidente Hugo Chávez vem há algum tempo numa ofensiva anti-Estados Unidos, contra Bush. Propõe realizar uma “revolução bolivariana”, o “Socialismo do século XXI”. Iniciou com algumas nacionalizações (telefonía, energia), controladas por multinacionais. Instituiu programas sociais como as “Missões”, beneficiando um contingente grande de miseráveis analfabetos e sem assistência média. Criou os conselhos comunitários, envolvendo os trabalhadores e camponeses. Tirou o monopólio da exploração do petróleo das mãos do

capital estrangeiro, aumentando o controle acionário do Estado. Combateu duramente os oposicionistas, que armaram o golpe de Estado em 2002. Fechou o canal de comunicação (TV) que fazia campanha contrária ao governo. Anunciou a formação do Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV). E passou a controlar o Poder Legislativo através da Assembleia Nacional e o Poder Judiciário pelo domínio sobre a maioria dos juizes.

Para levar adiante a centralização econômica, aumentou sua hegemonia no poder do Estado pela via do voto, pelos referendos e pelo controle total do Parlamento. Mas enfrentou e enfrenta o oposicionismo burguês, que se escora no imperialismo norte-americano.

A “revolução bolivariana” chavista necessitava de alterações na Constituição. Chávez elaborou a Reforma Constitucional e, sob a pressão oposicionista, a submeteu ao referendo, instrumento da democracia burguesa.

Essência da Reforma Constitucional

As emendas constitucionais visavam a ampliar o mandato para 7 anos e a reeleição sem determinação de tempo. Davam ao presidente a atribuição de legalizar os conselhos comunitários. Permitia a Chávez criar e nomear governantes para cidades e províncias federais. Instituiu a Milícia Nacional Bolivariana. Colocava o Banco Central sob o poder do Estado, opondo-se à sua autonomia. E determinava várias formas de propriedade: pública, social, privada, coletiva e mista.

Essas medidas constitucionais não alteravam as relações políticas, econômicas e sociais. O país continuava sendo uma república burguesa. O fundamento da propriedade privada dos meios de produção permanecia privado. As formas instituídas de propriedade – públi-

ca, social e coletiva – estavam sob o controle do Estado. A chamada empresa mista era uma combinação entre o grande capital (nacional ou estrangeiro) com a participação do Estado. As de caráter social eram aquelas que permitiam o registro oficial dos conselhos e a posse por parte deles de alguma propriedade. Portanto, as mudanças na Constituição não modificavam as relações capitalistas de produção e a forma do Estado. O resultado das medidas conduzia ao estatismo reforçado ao lado da grande propriedade. Nisso está o principal do conflito.

Conflitos interburgueses

A Oposição burguesa, que comandou o golpe de 2002 por meio da Fedecámaras (Pedro Carmona, presidente da Federação de empresários), não cessou seu combate pela derrubada do governo. Essa fração de grandes capitalistas procura arregimentar a classe média e, em particular, os estudantes para posições anti-chavistas, em nome da recuperação da democracia. Dizem que a reforma impõe uma “ditadura militarista e socialista”.

Durante do mandato de Chávez, as disputas interburguesas têm sido uma constante. O referendo pela revogação de seu mandato, em 2004, depois da pressão dos setores oposicionistas, que colheram mais de 2 milhões de assinaturas, fracassou. O resultado de 59,3% reforçou a governabilidade de Chávez.

O decreto de reforma agrária, desapropriação dos latifúndios improdutivos, em 2005, provocou nova onda de protestos de fazendeiros, que questionavam os prazos estipulados para o recebimento das indenizações e denunciavam a intromissão do Estado na propriedade privada.

O acordo da Venezuela com os países do Caribe, que previa a venda do petróleo a preço subsidiado, gerou ataques da Oposição acusando Chávez de tráfico de influência.

O anúncio, ainda em 2005, da “revolução bolivariana”, acompanhado com as medidas de reforma agrária, entrega de empresas falidas para os trabalhadores em co-gestão com o estado e aumento da presença do Estado na exploração do petróleo, desencadeou mais conflitos

entre o governo e os setores anti-chavistas.

Nas eleições presidenciais, Chávez tem vencido com uma diferença grande de votos: 1998, 62,7% contra 33% da Oposição; em 2000, 59,8% contra 37,5% e em 2006, 62,8% contra 36,9%. Mas vem perdendo posição quando se refere à alteração na Constituição. O referendo de 1999 sobre a nova Constituição, o SIM obteve 71,8% e o Não 28,2%; em 2004, que previa a revogação do mandato, Chávez teve 59,1% e a Oposição 40,9% e, agora, o Sim conseguiu 49,32% e o Não 50,72%.

A reeleição de Chávez em 2006, com 62,9% dos votos, contra o candidato unificado da Oposição Manuel Rosales, aumentou o poderio do caudilho não só na Venezuela como nos países da América Latina. E a Oposição vem reunindo forças para destituí-lo do poder. Depois do fracassado golpe, faz apologia da democracia contra o totalitarismo de Chávez, quando este se apóia justamente nos mecanismos democráticos burgueses, que os governos latino-americanos anti-chavistas não se dispõem a usar.

Incapacidade de Chávez

O “Socialismo do século XXI”, que diz ser a transformação econômica, política e social de forma pacífica, não diz respeito ao socialismo. Não há possibilidade de modificar as relações de produção sem que haja uma revolução. O socialismo só pode imposto pela via da insurreição das massas, da revolução proletária. O Estado burguês, seja dirigido por nacionalistas ou liberais, só será suplantando pela ação das massas, organizadas e dirigidas pela classe operária. O que Chávez realiza são emendas no ordenamento do Estado (na Constituição), que não alteram sua essência, que é a preservação da propriedade privada dos meios de produção.

A Reforma Constitucional se concentra no objetivo de fortalecer a presença do Estado em setores da economia considerados estratégicos pelo nacionalismo. De forma alguma Chávez se propõe a expropriar o grande capital industrial. Conserva intacto o capital financeiro, pretendendo apenas estabelecer disciplina estatal.

O nacionalismo chavista se mostra limitado diante da pressão crescente dos capitalistas. Embora esteja voltado a assegurar alguns benefícios às camadas pobres, a realizar uma reforma agrária limitada aos latifúndios improdutivos, ao estabelecimento da co-gestão às empresas falidas e maior controle estatal na produção petrolífera, Chávez não se potenciou de forma a quebrar a capacidade de ataque das posições pró-imperialistas.

A Oposição, que parecia esfacelada, agora se reergue com a vitória do Não. A sabotagem dos comerciantes no abastecimento dos produtos necessários à população foi uma demonstração de que a burguesia mantinha o poder econômico e iria usá-lo cada vez mais como arma contra o bolivarismo.

As massas vivem na miséria e dependem do assistencialismo governamental. Mais de 50% não têm emprego fixo. E o salário mínimo é de fome. O país rico em petróleo, mas com uma multidão de miseráveis. O nacionalismo de Chávez se reveste de populismo burguês. Mas a contundência da miséria e da opressão da maioria se encarrega de mostrar a impossibilidade do capitalismo resolver essa contradição fundamental.

A derrota da Reforma Constitucional apenas apressa o fracasso do “Socialismo do Século XXI, da Revolução bolivariana. A conservação do Estado resulta na conservação da ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida. Chávez se apóia numa grosseira fraude de coexistência de várias formas de propriedade. A economia venezuelana está determinada pelo grande capital nacional e internacional.

A ausência do partido da classe operária faz com que os oprimidos permaneçam sob o controle político/burocrático do governo. Os setores empobrecidos da classe média estão sendo atraídos pelo oposicionismo burguês, expressando a defesa da pequena propriedade. A tarefa de construir o partido da revolução proletária, para impor o socialismo, é a única via para pôr fim aos conflitos burgueses em torno do Estado. A tarefa da classe operária venezuelana é transformar a grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.